

A Nova Grande Muralha – E Suas Rachaduras

Marcelo Carreiro¹

“Há dois princípios que importa aplicar: 1) Não cales o que sabes nem guardes para ti aquilo que tens a dizer; 2) Ninguém tem culpa pelo fato de ter falado, é ao que escuta que incumbe tirar todo o proveito disso.”

Mao Tsé-Tung²

A censura constitui um dos raros casos de crimes tão ofensivos que transcende o mero delito, tornando-se um cerceamento do próprio espírito humano e, como tal, abjetamente bárbaro no controle do que nos define como humanos – nossa capacidade de expressar nossa capacidade intelectual e criativa.

Duramente criticada no pensamento democrático liberal ocidental, de Eurípedes a Mark Twain, de Voltaire a Stuart Mill e Marx, a censura ronda a humanidade como a característica mais distinta de qualquer sistema político autoritário – quando o Estado cala seus cidadãos, ele não interrompe apenas suas críticas, mas todo seu processo político, cultural, científico e histórico. Com essa contrariedade clara à natureza humana, toda censura acaba por ser uma efêmera e patética experiência, inutilizada por contravenções ou abandonada através da crescente revolta popular.

Na história brasileira recente observamos a torpeza da censura em ação – e sua inevitável e maravilhosa incapacidade de controle absoluto do pensamento, ainda que munida das ferramentas da violência e da estupidez. Ao enterrar a face mais vil de um regime militar autoritário, com a redemocratização de 1985 a sociedade brasileira recuperou não apenas seu direito à expressão, como ainda pode construir uma sólida postura contrária a censura, rejeitando sua aplicação alhures.

Nesse sentido, cala fundo não apenas ao pensamento ocidental, mas especificamente à cultura brasileira, as constantes acusações de censura pela República

¹ Tecnólogo em Processamento de Dados (PUC-Rio), bacharel em história (UFRJ) e mestre em História Comparada pelo Programa Pró-Defesa em Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacionais (PPGHC/UFRJ).

² TSÉ-TUNG, Mao. *“O Livro Vermelho”*. São Paulo: Martin Claret, 2003. Pág. 119.

Popular da China – especialmente por vivermos numa época histórica onde o fluxo de ideias nunca foi tão livre, graças a estrutura, funcionamento e popularidade da Internet.

Partindo desses pressupostos de estranhamento e repulsa, esse artigo analisa a prática censória chinesa, em específico em seu tráfego nacional à Internet. Espera-se ser possível a delimitação da real prática chinesa de censura, e a aplicabilidade da imagem chinesa no Ocidente como um dos maiores exemplos atuais de censura, sendo o único Estado a efetivamente filtrar com relativo sucesso seu acesso à Internet.

Acesso e Controle

Como na maioria dos casos, a conexão a China à Internet ocorreu por conta da integração de suas áreas de pesquisa universitária com o restante do mundo.

Primeiro, sua infraestrutura interna de telecomunicações foi desenvolvida – em 12 de março de 1993, o vice-premiê da RPC, Zhu Rongji propõe e aprova o estabelecimento da Rede Pública Nacional de Informação Econômica. A iniciativa foi nomeada “Projeto Ponte Dourada”, no contexto de uma série de planos nacionais de desenvolvimento de redes eletrônicas, chamados “Planos Dourados” – além do Ponte Dourada, os monocórdicamente nomeados Projeto Cartão Dourado (sistema de pagamento online e de dinheiro eletrônico); Projeto Alfândega Dourada (rede de informações sobre comércio externo); Projeto Taxação Dourada (arrecadação eletrônica); Projeto Intelectual Dourado (rede de educação e pesquisa); Projeto Agricultura Dourada (rede de serviços e administração rural); Projeto Política Dourada (sistema nacional de suporte a micro-administração pública).

Tais projetos, em conjunto, tinham como objetivo a construção da parte chinesa da “supervia da informação” – a interconexão de máquinas e redes de computadores e o oferecimento de ferramentas de pesquisa e administração em tempo real. O objetivo era não apenas modernizar a capacidade informacional chinesa, mas efetivamente capacitar a China com uma infraestrutura de ponta, capaz de atender às suas indústrias e prover

um ambiente atrativo para o estabelecimento de empresas internacionais de ponta na China.³

Rongji, além de vice-premiê, acumulava os cargos de membro do Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central do PCC, assim como era também membro do Banco Popular da China, o Banco Central chinês. A qualificação burocrática de Rongji reconhece o caráter internacional, econômico e político da conexão das redes chinesas de informação com o mundo.

A implementação do Ponte Dourada começa em 1993, quando três universidades chinesas são conectadas através de uma rede de fibra óptica de alta velocidade. E em 7 de maio de 1994, o Instituto de Física de Alta Energia (IFAE), de Beijing, conectava-se pela primeira vez à Universidade de Stanford, no contexto de colaboração entre seus dois setores de física experimental. A conexão ocorria através de uma linha discada do tipo X.25, de apenas 64Kbps, disponibilizada pela Sprint desde o dia 20 de abril. No dia 15 de maio, o IFAE disponibilizava o primeiro servidor web chinês – a China estava definitivamente na Internet.⁴

A partir daí, as mudanças foram rápidas – ao final de 1994, o Projeto Ponte Dourada, levado à cabo por um consórcio de 26 diferentes companhias chamado JiTon Comunicações, inaugura a parte via satélite da rede. Em 1996, a rede entra em operação em 24 províncias e cidades, interconectando-se com diversos órgãos estatais. Em maio de 1997 JiTon já é o maior provedor de internet do mundo, cobrindo cidades como Beijing, Shanghai, Guangzhou e Xi'an. No final de 1997 é inaugurado o primeiro backbone da China, ChinaNet, conectando as três redes chinesas existentes (a do Projeto Ponte Dourada e duas de pesquisa acadêmica) em uma única saída para a Internet, consolidando o acesso chinês.

Em dezembro de 2003, o total de domínios chineses na Internet passa de um milhão. Em julho de 2010, a quantidade de usuários chineses da Internet chega a 420

³ PECHT, Michael. *China's Electronics Industry: The Definitive Guide for Companies and Policy Makers with Interests in China*. Norwich: William Andrew Publishing, 2007. Pág. 81.

⁴ CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER. *The Internet Timeline of China 1986-1996*. Disponível na Internet no endereço <http://www.cnnic.net.cn/html/Dir/2003/12/12/2000.htm>. Acessado em 20 de julho de 2010.

milhões - desses, 364 milhões (98.1%) utilizam acesso via banda larga. A Internet chinesa aparece com uma largura total de banda de 998.217 Mbps e 11.210.000 domínios registrados com o sufixo “cn”.⁵

Isso coloca o público chinês como claramente o maior do mundo na Internet, de um total estimado em cerca de 1,8 bilhão de usuários⁶ – em termos comparativos, o Brasil possui 67,5 milhões de usuários⁷.

No entanto, o uso da Internet na China apresenta suas peculiaridades – pesquisas qualitativas do tráfego chinês mostram uma discrepância entre os hábitos dos usuários chineses e as tendências globais da Internet. Dentre as peculiaridades do mercado chinês encontra-se o uso do portal Baidu como meio de pesquisa da Internet, enquanto a tendência global é de uso do Google – e o uso da enciclopédia online local Hudong, no lugar da global Wikipedia, que era bloqueada na China até 2008⁸. Mais ainda, no perfil do usuário chinês há destaque muito maior para bate-papos e músicas e vídeos (baixados ou consumidos online), enquanto o uso do email, e-commerce e bancos encontra-se bem abaixo da média global. O uso de blogs, tanto o acesso quanto a postagem de conteúdo, encontra-se ligeiramente acima da média.⁹

A rápida penetração da Internet na China não ocorreu sem a estrita observância do governo - ainda no contexto dos planos Dourados, já em 1996 o Ministério da Segurança Pública elaborou o Escudo Dourado: um projeto de longo prazo para o

⁵ CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER. *Basic Information of Chinese Internet – 15/07/2010*. Disponível na Internet no endereço: http://research.cnnic.cn/html/index_108.html. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁶ INTERNET WORLD STATS. *Internet Usage Statistics: The Internet Big Picture - World Internet Users and Population Stats*. Disponível na Internet no endereço <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁷ IBOPE. *Número de usuários ativos da internet cresceu 1,8% em maio*. Disponível na Internet no endereço http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=17CCD8DF3C83101C832577460057D746. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁸ ENGLEHARDT, Lucas. *How Hudong Thumped Wikipedia in China*. *The Next Web*, 24 de novembro de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://thenextweb.com/asia/2009/11/24/hudong-thumped-wikipedia-china>. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁹ MICHAEL, David C. ZHOU, Yvonne. *China's Digital Generations 2.0 – Digital Media and Commerce Go Mainstream*. Boston: The Boston Consulting Group, 2010. Pág. 9. Disponível na Internet no endereço <http://www.bcg.com/documents/file45572.pdf>. Acessado em julho de 2010.

planejamento e implantação do controle da postagem de conteúdos chineses, assim como do acesso a informações sensíveis advindas de fora da rede Chinesa. O projeto é elaborado ainda antes da transição do acesso acadêmico – restrito a universidades e centros de pesquisa e controlados diretamente por essas instituições – e o acesso público geral, controlado por empresas e com um número massivo de usuários. Essa transição começaria a ocorrer apenas no final de 1996, após a elaboração do Escudo Dourado – e com a autorização do Ministério dos Correios e Telecomunicações, o Ministério da Indústria Eletrônica, a Comissão Estatal de Educação e a Academia Chinesa de Ciências. Na época, a China possuía cerca de apenas 50.000 usuários, dentre acadêmicos, diplomatas e empresas estrangeiras – e o plano era aumentar essa base de usuários para cerca de 300.000 até o ano 2000.¹⁰

Assim, em fevereiro de 1996 o governo chinês estabelece que todos os computadores com acesso a redes e servidores fora da China só podem realizar seu acesso através de linhas de comunicação internacionais controladas pelo governo chinês, através do Ministério dos Correios e Telecomunicações – que supervisionava tais acessos a partir de programas de controle do fluxo de dados. Mais que isso, todos os novos usuários deveriam se registrar na polícia para estarem aptos a acessar a Internet – uma medida tomada para prevenir “informações politicamente destrutivas” e desestimular “comportamentos criminosos”.¹¹

A Internet pública chinesa começa a operar já despida de anonimato para seus usuários – já em setembro de 1996, cem sites possuem seu acesso proibido aos usuários chineses.¹²

A filtragem chinesa do acesso a Internet, contudo, tem como base equipamentos plenamente ocidentais – os roteadores, equipamentos responsáveis pelo repasse de conexões de redes, são da empresa americana Cisco. Responsáveis pelo controle do

¹⁰ MCCULLAGH, Declan. *China Allows More On-Line Links*. Electronic Frontier Foundation, 15 de Agosto de 1996. Disponível na Internet no endereço http://w2.eff.org/Misc/Publications/Declan_McCullagh/www/global/china. Acessado em 20 de julho de 2010.

¹¹ MCCULLAGH, Declan. *Op. Cit.*

¹² ELECTRONIC FRONTIERS AUSTRALIA. *Internet Censorship: Law & Policy Around the World – China*. 28 de Março de 2002. Disponível na Internet no endereço <http://www.efa.org.au/Issues/Censor/cens3.html#china>. Acessado em 20 de julho de 2010.

fluxo de dados das redes empresariais americanas, os roteadores Cisco continham desde o início da década de 1990 dispositivos de controle de acesso, criados com o objetivo de policiar e bloquear acessos a sites considerados inapropriados para as redes empresariais americanas. A tecnologia criada para ser o Big Brother nos escritórios americanos seria a mesma empregada para a construção do que ficou conhecido como a Grande Muralha Digital (ou, em um trocadilho com os sistemas de proteção a invasão, “*The Great Firewall of China*”) – a supervisão e controle do acesso à Internet na China.¹³

Com o controle dos pontos de saída/entrada de tráfego em território chinês, o governo chinês concentra em suas mãos o monopólio do tráfego externo para as diversas redes internas da China. Com esse controle, basta determinar quais sites não devem ser acessados – e forçar que cada requisição de acesso seja negada pelos roteadores. A ironia do processo é que normalmente os roteadores funcionam como os “guias” da internet: caso um caminho se encontre fechado, é o roteador que encontra uma alternativa, garantindo a acessibilidade através da geração de rotas alternativas para a informação desejada. Em outras palavras, é o roteador que contorna obstáculos – mas na China, graças ao monopólio estatal das linhas de comunicação internacional, os roteadores conseguem atuar como bloqueadores efetivos do tráfego da Internet, estruturalmente avesso a esse tipo de controle.

Esse tipo de controle, através da negação de acesso, possui um adicional confortável ao PCC – é completamente silencioso. Nenhuma mensagem de “proibido” é gerada – o acesso ao conteúdo apenas falha, como um erro técnico qualquer. Na prática, é como se o destino nunca estivesse no ar. A censura fica oculta – e, assim, não causa nenhum mal-estar nos usuários mais incautos.

Além do controle do tráfego, a censura é reforçada por duas medidas – em 2001, é estabelecida a proibição da postagem de conteúdo, seja de indivíduos ou empresas, sem autorização estatal¹⁴, e, em 2002, é decretado o controle absoluto do acesso a fontes internacionais de notícias¹⁵.

¹³ GOLDSMITH, Jack. WU, Tim. *Who Controls the Internet?: Illusions of a Borderless World*. New York: Oxford University Press, 2006. Pág. 93.

¹⁴ CHINA. *Provisão Interina sobre a administração de publicação na Internet*. 1º de agosto de 2001. Art. 6. Disponível na Internet no endereço <http://www.cecc.gov/pages/virtualAcad/exp/explaws.php>.

No entanto, a censura não se limita a isso – todos os provedores e email atuantes na China foram requisitados a instalarem softwares de controle, ativados por palavras pré-determinadas, em seus sistemas de correio eletrônico. Da mesma forma, bate-papos e SMS também passam pelo escrutínio do governo, ampliando o controle do acesso para bem além das webpages.

O governo chinês nunca admitiu o Escudo Dourado – ou qualquer iniciativa de controle da Internet no país¹⁶. Dessa forma, a compreensão da infraestrutura em operação, assim como seu impacto real na rede chinesa, depende exclusivamente de análises técnicas externas. A primeira delas foi realizada por dois pesquisadores da Harvard Law School, que testaram o acesso chinês a cerca de 19.302 sites de maio a novembro de 2002 e publicaram posteriormente, em 2003, o resultado de suas pesquisas no que se tornou conhecido como o primeiro paper acadêmico sobre a censura chinesa à Internet.

A pesquisa mostrou de forma, pela primeira vez, que a RPC exercia a censura não apenas a conteúdos tidos como pornográficos, mas também a uma imensa quantidade de sites políticos, religiosos e de notícias, exercendo um efetivo controle nacional sobre os acessos à Internet, capaz de apresentar um razoável grau de sucesso – especialmente ao limitar a ampla maioria dos usuários, sem a qualificação técnica necessária para buscar meios de burlar o controle governamental. Mais ainda, os autores já acusavam as tentativas de aperfeiçoamento dos instrumentos de censura estatal.¹⁷

Em 2005, um dos autores retomou o estudo, para uma análise comparativa da progressão da censura na rede chinesa. O resultado repetiu as conclusões originais – e

Acessado em 20 de julho de 2010.

¹⁵ CHINA. *Nota A Respeito Do Reforço Da Administração Na Seleção De Artigos De Jornais E Periódicos*. 25 de fevereiro de 2002. Art. 1 e 6. Disponível na Internet no endereço <http://www.cecc.gov/pages/virtualAcad/exp/explaws.php>. Acessado em 20 de julho de 2010.

¹⁶ LEMON, Summer. WILLIAMS, Martyn. *China celebrates 10 years of being connected to the Internet*. In *PC World Business*. 17 de maio de 2004. Pág. 3. Disponível na Internet no endereço http://www.pcworld.idg.com.au/article/128099/china_celebrates_10_years_being_connected_internet/?fp=2&fpid=1. Acessado em 20 de julho de 2010.

¹⁷ ZITTRAIN, Jonathan. EDELMAN, Benjamin. *Empirical Analysis of Internet Filtering in China*. In *IEEE Internet Computing*, Washington, Vol. 7, n° 2. Pág. 70-77, Março/Abril de 2003. Disponível na Internet no endereço <http://www.computer.org/portal/web/internet/home>. Acessado em 20 de julho de 2010.

afirmou que “A China opera a mais extensiva, tecnologicamente sofisticada e amplo sistema de filtragem da Internet ativo no mundo”.¹⁸

Mais ainda, a censura havia evoluído, tratando de forma ainda mais eficiente o que era percebido como “conteúdo sensível” pelo PCC – sites sobre direitos humanos, tais como Anistia Internacional ou o Human Rights Watch; páginas religiosas, sejam elas hindus, cristãs, judaicas e mesmo as com conteúdo esotérico – especialmente as com conteúdos da seita Falun Gong, perseguida como ilegal pelo PCC.¹⁹

Contudo, o controle passou a ir além, englobando a censura como defesa contra o “despejo” de “valores ocidentais” no público chinês – algo que, evidentemente, pode justificar a proibição de qualquer tipo de conteúdo, indo muito além de uma prática de controle de dissidências políticas.²⁰

Certamente, controlar apenas uma linha discada a 64Kbps era uma tarefa tecnicamente mais simples do que diversas linhas de conexão internacionais, chegando aos atuais 998,217Mbps de links dos mais variados responsáveis pela ligação internacional da rede chinesa²¹. A pesquisa indica a complexidade crescente e inevitável do sistema de filtragem chinês para ser capaz de manter o controle do acesso a conteúdos sensíveis, apesar do acelerado crescimento do acesso chinês à Internet.

A tarefa se tornou tão complexa com a popularização da Internet que a RPC teve que delegá-la aos provedores de conteúdo estrangeiros, que começaram a se instalar *em masse* no mercado chinês, atraídos exatamente por um público potencial cada vez maior – e sem paralelo no mercado global.

¹⁸ ZITTRAIN, Jonathan. *Internet Filtering in China in 2004-2005*. OpenNet Initiative, 14 de junho de 2005. Disponível na Internet no endereço <http://opennet.net/blog/2005/06/internet-filtering-china-2004-2005>. Acessado em 20 de julho de 2010.

¹⁹ GOLDSMITH, Jack. WU, Tim. *Who Controls the Internet?: Illusions of a Borderless World*. New York: Oxford University Press, 2006. Pág. 94.

²⁰ GOLDSMITH, Jack. WU, Tim. *Who Controls the Internet?: Illusions of a Borderless World*. New York: Oxford University Press, 2006. Pág.95.

²¹ CHINA INTERNET NETWORK INFORMATION CENTER. *Internet Statistics*. 30 junho de 2010. Disponível no endereço <http://www.cnnic.cn/en/index/00/index.htm>. Acessado em 20 de julho de 2010.

O papel ativo de empresas tradicionais de internet na censura chinesa começa em 2002, quando o Yahoo aceitou se submeter a um “pacto de autor-disciplina” que, na prática, terceirizava a censura estatal como responsabilidade das recém-chegadas empresas ocidentais. Se a censura já ocorria em equipamentos americanos, agora seria também imposta por empresas americanas – a Yahoo foi seguida pela Microsoft em 2005. Ambas as empresas passaram a filtrar não apenas sites de seus usuários, como mensagens de texto – um controle muito mais intrusivo que apenas a filtragem do acesso a conteúdo internacional, que era a regra inicial do Escudo Dourado.²²

Uma postura intermediária foi adotada pela Google após ser inteiramente bloqueado na rede chinesa em setembro de 2002, na inauguração da censura a serviços de procura na Internet²³ – uma proibição que explica o inusitado desconhecimento chinês de serviços internacionais desse tipo, substituídos pelo chinês Baidu.

Embora refratária ao controle da informação, seu produto principal, a Google acabou por aceitar fornecer uma versão de seu serviço exclusiva para o público chinês, de pleno acordo com as demandas do PCC²⁴. Sem isso, estaria excluída do imenso mercado chinês – uma alternativa comercialmente inviável, já que significa privar-se do maior mercado nacional da Internet.

A inauguração da versão chinesa do MySpace, em abril de 2007, foi além dessa terceirização empresarial da censura, passando a incorporar uma ferramenta onde seus usuários podem denunciar “mal uso” de outros usuários – incluindo nessa definição ofensas graves e dúbias como “colocar em risco a segurança nacional, vazar segredos de Estado, subverter o governo, minar a unidade nacional, espalhar rumores e perturbar a ordem social”.²⁵

²² GOLDSMITH, Jack. WU, Tim. *Who Controls the Internet?: Illusions of a Borderless World*. New York: Oxford University Press, 2006. Pág. 95/96.

²³ BBC. *China Blocking Google*. 2 de Setembro de 2002. Disponível na Internet no endereço <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/2231101.stm>. Acessado em 20 de julho de 2010.

²⁴ JAMES, Randy. *A Brief History of Chinese Internet Censorship*. Time, 18 de março de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1885961,00.html>. Acessado em 20 de julho de 2010.

²⁵ MYSPACE. *Terms and Conditions*. Disponível na Internet no endereço <http://www.cn.myspace.cn/Modules/Common/Pages/TermsConditions.aspx>. Acessado em 20 de julho de 2010. Tradução livre.

Com isso, uma nova dimensão da censura começa a ser delineada na Internet chinesa – a auto-censura, exercida pelos próprios usuários ao denunciar acessos e conteúdos considerados “indevidos”. É a “quarteirização” da censura – o censurado atuando também como censor. A vítima travestida de carrasco, em um controle difuso e, como tal, com alta capacidade de infiltração na sociedade digital chinesa – características que podem facilmente criar uma rede de denúncias e paranoia bem diferentes do objetivo de uma sociedade participativa na autorregulação de sua censura.

Essa mudança de foco, com o controle da censura deixando de ser efetuado no roteamento de saída da China e passando ocorrer cada vez mais próximo do usuário, foi cristalizada com a iniciativa *Escolta Juvenil Barragem Verde*. Abandonando a nomenclatura que incluía “dourada” em todo projeto de infraestrutura em telecomunicação, a Barragem Verde foi anunciada em junho de 2009 como uma nova estratégia de censura, focada agora individualmente em cada computador.

A iniciativa, anunciada como uma diretiva do Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação, previa que em um mês todos os computadores à venda na RPC, ou saindo da fábrica ou importados, deveriam obrigatoriamente conter uma versão do software “Escolta Juvenil Barragem Verde”. O programa se encarregaria de, na ponta local do usuário, filtrar o conteúdo acessado pela Internet, ampliando o Escudo Dourado no controle da Internet chinesa.²⁶

A diretriz foi prontamente acatada por fabricantes de computadores famosos, como Acer, Sony, Lenovo, Benq e Asus – a única notável exceção foi a americana Dell, que se recusou a entregar de forma compulsória o software em seus computadores.²⁷

No entanto, tecnicamente a mudança mostrou-se brusca demais e a indústria acabou solicitando o adiamento do início da vigência do plano. Assim, no lugar de ser começar a ser distribuído compulsoriamente em julho de 2009, a Barragem Verde acabou tendo o plano de sua obrigatoriedade suspenso. O que não impediu sua

²⁶ BBC. *China Defends Screening Software*. 9 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8091044.stm>. Acessado em 20 de julho de 2010.

²⁷ MCDONALD. Joe. *PC Makers Voluntarily Supply Web Filter in China*. *The Globe and Mail*, Toronto, 2 de julho de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.theglobeandmail.com/news/technology/pc-makers-voluntarily-supply-web-filter-in-china/article1203981/>. Acessado em 20 de julho de 2010.

popularidade – o software foi baixado 7.17 milhões de vezes até o mês de maio de 2009. A ampla aceitação do programa é explicada não apenas por ele já ser obrigatório em cyber-cafés, mas por passar a ser visto por pais e escolas como uma opção no controle do acesso à Internet por jovens, seguindo o modelo de controle parental de softwares ocidentais antigos, como o NetNanny, de 1994.²⁸

Entretanto, mesmo razoavelmente popular, o software apresentava uma série de erros e criava falhas de segurança graves.²⁹ Foi até mesmo levantada a suspeita de que sai instalação poderia conceder controle total do computador ao governo chinês, criando uma gigantesca plataforma para ataques internacionais.³⁰

A forma desastrosa de anúncio do projeto, com seu prazo ridículo de implantação, sua deficiência técnica e a forma abrupta no tratamento com empresas estrangeiras acabou por causar problemas na implementação do Barragem Verde. No entanto, um problema muito mais grave acabou por efetivamente inviabilizar a proposta – a insurreição dos usuários chineses, que se opuseram ativamente contra o software, na primeira reação de massa contra a censura chinesa à Internet. A oposição ao projeto tomou diversas formas, como um “boicote à Internet” e a consternação pública de intelectuais chineses famosos.³¹

Até uma “*Declaração dos Netizens Anônimos*” correu a Internet chinesa, ameaçando de sabotagem toda a estrutura censora do PCC, ao mesmo tempo garantindo

²⁸ XINHUANET. *China Postpones Mandatory Installation of Controversial Filtering Software*. 30 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço http://news.xinhuanet.com/english/2009-06/30/content_11628335.htm . Acessado em 20 de julho de 2010.

²⁹ FILDES, Jonathan. *China's Computers at Hacking Risk*. BBC, 10 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/8094026.stm> . Acessado em 20 de julho de 2010.

³⁰ COTTINGHAM, Roy. *From Blocking to Botnet – Censorship Isn't The Only Problem With China's New Internet Blocking Software*. Social Signal, 10 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.socialsignal.com/blog/rob-cottingham/censorship-isnt-only-problem-with-chinas-new-internet-blocking-software>. Acessado em 20 de julho de 2010.

³¹ NICHOLS, Shaun. *Chinese Citizens Plan Internet Boycott*. Security Computing, 23 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.securecomputing.net.au/News/148310,chinese-citizens-plan-internet-boycott.aspx> . Acessado em 20 de julho de 2010.

que “NINGUÉM quer derrubar seu regime”³². Os tempos da aceitação passiva da censura estatal chinesa à Internet definitivamente haviam acabado.

A mistura de prazos irrealistas, críticas internacionais e a inédita revolta dos usuários chineses acabaram tornando a iniciativa um risco político. Como resultado, o projeto foi abandonado em agosto de 2009 – a obrigatoriedade do Barragem Verde foi cancelada para usuários domésticos, mas mantida para computadores públicos, em escolas e cyber-cafés. Curiosamente, a desistência de implantação universal do Barragem Verde foi atribuída não à revolta popular e a pressão internacional, mas a uma interpretação errada da proposta inicial, que teria sido mal escrita.³³

Adicionalmente, o software – que custou US\$5.85 milhões para ser desenvolvido³⁴ – foi posteriormente acusado de copiar o código de uma ferramenta semelhante americana, chamada CyberSitter. A acusação foi fulminante ao demonstrar longos trechos de programação idênticos entre os dois programas. O processo resultante exigia US\$ 2,2 bilhões de reparação do governo chinês.³⁵

A pressão doméstica e internacional, aliada a seus problemas técnicos de segurança e o processo bilionário acabaram por encerrar o Barragem Verde – em julho de 2010 o desenvolvedor do software encerrou suas atividades devido ao interrompimento do financiamento estatal. Sua base atual, de 20 milhões de usuários, logo estará sem atualizações, suporte ou acompanhamento – o que tornará o software rapidamente inutilizável, liberando ainda mais o acesso à Internet chinesa.³⁶

³² DECLARATION of the Anonymous Netizens, 2009. Disponível na Internet no endereço http://shanghaiist.com/2009/06/24/declaration_of_the_anonymous_netize.php. Acessado em 20 de julho de 2010. Tradução livre.

³³ TAYLOR, Matthew. *China Drops Green Dam Web Filtering System*. Guardian, Londres, 13 de agosto de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.guardian.co.uk/technology/2009/aug/13/china-drops-web-censorship>. Acessado em 20 de julho de 2010.

³⁴ MARSHALL, Rosalie. *China Ditches Compulsory Green Dam Plans*. IT News, 14 de agosto de 2009. Disponível na Internet no endereço <http://www.itnews.com.au/News/152924,china-ditches-compulsory-green-dam-plans.aspx>. Acessado em 20 de julho de 2010.

³⁵ BRANIGAN, Tania. *US Software Firm Sues China Over Green Dam*. Guardian, Londres, 6 de janeiro de 2010. Disponível na Internet no endereço <http://www.guardian.co.uk/technology/2010/jan/06/china-sued-piracy-green-dam>. Acessado em 20 de julho de 2010.

³⁶ WHITNEY. Lance. *China's Green Dam May be Ready to Collapse*. CNet News, 14 de julho de 2010.

A censura na China, exercida pelo Estado, por empresas ou mesmo individualmente, está longe de ser uma supervisão meramente intelectual – ela gera vítimas. Ainda em 2003 a organização Repórteres Sem Fronteiras declarava que “*mais pessoas estão presas na China por expressarem sua opinião na Internet do que em qualquer outro país no mundo*”.³⁷ Em janeiro de 2004 a Anistia Internacional alertou que o número de pessoas presas na China por postarem ou retransmitirem informação proibida na Internet havia crescido assustadoramente, tendo aumentado 60% somente naquele ano. Somente os seguidores da Falun Gong já somavam 108 presos graças à censura da Internet – e isso apenas até 2004.³⁸

A realidade da Internet na China é única – nenhum outro Estado foi capaz de conjugar a censura e a Internet como a China, onde a infraestrutura de telecomunicações é planejada para ser de ponta, capacitando a rede chinesa para aplicações e interações de ponta na Internet – mas, ao mesmo tempo, mantendo a supervisão do conteúdo trafegado. Tecnicamente, o desafio de manter o controle do acesso ao mesmo tempo em que se massifica o acesso, especialmente o a grandes velocidades, provocou um impasse inevitável – que o PCC contornou ao terceirizar o controle para as empresas, numa inédita terceirização corporativa da censura. Uma solução que, como a Google mostrou, está longe de ser estável.

A China se destaca em sua solução – normalmente, governos com iniciativas de controle da Internet conseguem implementar a censura ao limitar o acesso à rede, como nos casos de Cuba e Arábia Saudita. A China busca outra solução, sem o isolacionismo digital típico de tais governos autoritários – o controle acompanhado do aumento a conexão. É essa dicotomia, talvez um oxímoro, que vem pautando os sucessos institucionais da implementação da censura na China – embora, em larga medida, tais controles sejam intransponíveis apenas aos usuários com menor conhecimento técnico.

Disponível na Internet no endereço http://news.cnet.com/8301-13578_3-20010499-38.html . Acessado em 20 de julho de 2010.

³⁷ REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. *Living Dangerously on the Internet*. 12 de maio de 2003. Disponível na Internet no endereço <http://en.rsf.org/china-living-dangerously-on-the-net-12-05-2003,06793.html>. Acessado em 20 de julho de 2010. Tradução livre.

³⁸ WORLD ORGANIZATION TO INVESTIGATE THE PERSECUTION OF FALUN GONG. *Internet Surveillance in the Persecution of Falun Gong*. Maio de 2004. Disponível na Internet no endereço <http://www.zhuichaguoji.org/en/index2.php?option=content&task=view&id=130&pop=1&page=0>. Acessado em 20 de julho de 2010.

Contudo, mais preocupante que a insistência chinesa em sua iniciativa de controle da Internet é a exportação de seu modelo de controle para outros Estados – em outubro de 2006 a organização Repórteres Sem Fronteiras acusou a RPC de exportar seu padrão de controle da Internet para Cuba, Zimbábue e Bielorrússia³⁹. Ainda que não apresente um sucesso absoluto, o modelo chinês de controle da Internet, ao ser exportado, pode significar a implantação facilitada de instrumentos consideráveis de controle da Internet, efetivamente auxiliando governos não-democráticos em sua luta contra a liberdade de expressão. Assim, a China pode cumprir um papel maior na deterioração da liberdade global na Internet – um papel consideravelmente além da sua atuação como o maior censor global.

A organização internacional Repórteres Sem Fronteiras considerou na edição de 2009 de seu Índice Global de Liberdade de Imprensa, que a China ocupa a 168ª posição, de 175 países analisados⁴⁰ – um reflexo da censura ao acesso e produção de informação através do controle estatal da Internet. Mais ainda, a organização considera a China um dos “inimigos da Internet”, classificando o Escudo Dourado como “o sistema de censura mais ativo do mundo”, sendo “o sistema de censura mais tecnologicamente avançado existente”, agindo como “uma ferramenta de controle político (...) de forma institucionalizada”. A organização destaca ainda a face mais crua da opressão digital: trinta e dois jornalistas e setenta e dois ativistas digitais (“*netizens*”) encontram-se presos na China, exatamente por irem contra a censura oficial.⁴¹

Da mesma forma, a organização OpenNet classifica a censura chinesa à Internet como “penetrante” em conteúdos políticos e de segurança – e “substancial” em conteúdos sociais e em ferramentas da internet. Além disso, considera o controle chinês com pouca transparência – mas com alta consistência. O grupo também reconhece que o governo chinês “tem mantido um estrito e vigoroso controle na censura à Internet”, com

³⁹ VOEUX, Claire. Pain, Julien. *Going Online in Cuba: Internet Under Surveillance*. Paris: Reporters Without Borders, 2006. Pág. 7. Disponível na Internet no endereço http://www.rsf.org/IMG/pdf/rapport_gb_md_1.pdf. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁴⁰ REPORTERS WITHOUT BORDERS. *World Press Freedom Index 2009*. Disponível na Internet no endereço http://en.rsf.org/IMG/pdf/classement_en.pdf. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁴¹ REPORTERS WITHOUT BORDERS. *Internet Enemies: China*. Disponível na Internet no endereço <http://en.rsf.org/internet-enemie-china,36677.html>. Acessado em 20 de julho de 2010.

a censura assumindo caráter cada vez mais fluido, em um contexto de supervisão estatal em constante sofisticação.⁴²

Finalmente, a organização Freedom House, que acompanha desde 1941 a implementação de políticas estatais referentes a liberdades individuais, considera em seu último relatório a China possui um “elaborado aparato de censura e monitoramento do uso da Internet e de comunicações pessoais”. No entanto, aponta que mesmo apesar do controle Estatal, e das tentativas de aumentá-lo, a flexibilidade da tecnologia, o surgimento de ferramentas evasivas, assim como o aumento do imenso tráfego online, vêm permitindo anular a censura – que estaria cada vez mais distante de uma aplicabilidade universal e absoluta. No entanto, isso não impede que a organização considere a China com seu pior índice de liberdade política – e o penúltimo de liberdade civil.⁴³

A batalha entre velocidade e censura, entre conexão e filtro, acaba sendo uma fugaz tentativa de controle da expressão humana. A especificidade da censura chinesa é sua contradição ainda mais marcante entre comunicação e controle, graças à natureza estrutural da internet, que a torna um ambiente essencialmente refratário a qualquer tipo de controle – lícito ou ilícito, eticamente correto ou moralmente detestável. Na Internet não há censura – e parece que, gradualmente a RPC percebe isso, como fica evidente no desenrolar da operação do projeto Represa Verde.

No entanto, a reação dos usuários da rede chinesa não se limita ao sucesso do abandono da Barragem Verde: como todo controle é estruturalmente artificial à Internet, popularizam-se cada vez mais ferramentas e serviços que rompem facilmente a censura chinesa – algo que antes era possível apenas aos especialistas em informática.

A popularização de ferramentas desse tipo não é novidade – ainda em 2001 um grupo mundial de desenvolvedores anônimos lançou a organização Garden Networks no Canadá, com o objetivo único de prover ferramentas simples e gratuitas, capazes de

⁴² OPENNET. *Internet Filtering in China*. 15 de junho de 2009. Disponível na Internet no endereço http://opennet.net/sites/opennet.net/files/ONI_China_2009.pdf. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁴³ FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World – China (2010)*. Disponível na Internet no endereço <http://freedomhouse.org/template.cfm?page=22&country=7801&year=2010>. Acessado em 20 de julho de 2010.

efetivamente anular o controle governamental da Internet na China. Além de tornar possível o acesso a conteúdos censurados, as ferramentas da Garden são capazes ainda de proteger seus usuários, tornando o acesso proibido totalmente anônimo – o que significa plena liberdade de uso da Internet não apenas na China, mas em qualquer rede cujo tráfego seja censurado.⁴⁴

No entanto, o internauta chinês está longe de ter apenas a Garden como fonte de liberdade digital – diversas ferramentas semelhantes estão disponíveis, em especial soluções de infraestrutura gratuitas focadas no estabelecimento de redes anônimas, como a *Freenet* e a rede *TOR*. Tecnicamente, quaisquer soluções que envolvem o estabelecimento de conexões encriptadas em redes virtuais redirecionáveis (*tunneling*) são capazes de iludir a censura chinesa. A grande novidade é a simplificação e popularização crescente desses tipos de ferramentas: em novembro de 2004 estimava-se que cerca de 250.000 usuários chineses da Internet utilizavam ferramentas que permitiam o livre acesso, de forma anônima, a qualquer informação.⁴⁵ Isso ocorria quando o universo de usuários da internet chinesa era apenas de menos de 103 milhões – no contexto atual de mais de 420 milhões de internautas chineses, se mantida a mesma proporção de usuários de ferramentas anti-censura, temos o impressionante número de mais de um milhão de usuários acessando e produzindo livremente informações.

É razoável estimar um aumento considerável da proporção do uso dessas ferramentas no contexto contemporâneo de popularidade da Internet chinesa. Reflexo disso é o início de atual mobilização contra a adoção de instrumentos de controle de informação pelo Estado.

Um velho lema hacker, criado antes mesmo da Internet comercial, é de que “*toda informação quer ser livre*”⁴⁶. Na RPC, apesar do enorme esforço do PCC, isso se

⁴⁴ GARDEN NETWORKS FOR INFORMATION FREEDOM. *About Us*. Disponível na Internet no endereço <http://gardennetworks.org/about>. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁴⁵ GARDEN NETWORKS. *Breaking Through the “Golden Shield”*. 1º de novembro de 2004. Disponível na Internet no endereço <http://gardennetworks.org/breakthrough>. Acessado em 20 de julho de 2010.

⁴⁶ CLARKE, Roger. *Information Wants to be Free*. 24 de fevereiro de 2000. Disponível na Internet no endereço <http://www.rogerclarke.com/II/IWtbF.html>. Acessado em 20 de julho de 2010.

torna uma realidade cada vez mais clara a cada dia que se passa – e a cada *byte* trafegado apesar da censura estatal.

Fontes Recomendadas

- Uma listagem da legislação pertinente à censura na China está disponível no endereço:
<http://www.cecc.gov/pages/virtualAcad/exp/explaws.php?PHPSESSID=0b5c43027d7d0116b7e5be9b6ea28dce>.
- A cronologia da conturbada relação entre a RPC e as empresas da Internet está disponível no endereço: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8460129.stm>.
- O Google mantém de forma pública o total de requisições de censura que recebe em todo o mundo. A ferramenta de transparência, incluindo dados da China e do Brasil, encontra-se no endereço: <http://www.google.com/governmentrequests>.